



Avanços e Desafios da Lei Maria da Penha na Implementação de Políticas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Estado do Rio Grande do Sul

Ana Rita Costa Coutinho¹, Patrícia Krieger Grossi² (orientadora)

¹*Faculdade de Serviço Social, PUCRS*

Resumo

Uma mulher é agredida a cada 24 segundos no Brasil e o custo desta violência é de 10,5% do PIB. A violência doméstica contra a mulher é uma das formas de violação de direitos humanos mais praticadas. Esta pesquisa visa verificar os avanços e desafios na implementação das políticas de enfrentamento a violência doméstica contra a mulher no Estado do Rio Grande do Sul a partir da Lei Maria da Penha. Pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e referencial dialético-crítico. A coleta de dados foi organizada em duas etapas: a- mapeamento dos CREAS e CRAS nos municípios da amostra, elaboração do perfil sócio-demográfico das mulheres em atendimento e dos serviços oferecidos; levantamento dos municípios que possuem Coordenadorias da Mulher; b- seleção de 11 municípios tendo como critérios: municípios que já estivessem implementando o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, registro de índices significativos de violência contra a mulher, utilizando como técnicas e instrumentos: grupo focal com mulheres em situação de violência doméstica que acessam os serviços, gestores e profissionais responsáveis pelos atendimentos a estas mulheres. Os dados serão analisados utilizando-se a estatística simples e a análise de conteúdo com recorte temático. Foram realizadas 10 entrevistas com os profissionais que atuam diretamente com as mulheres e 02 grupos focais com as mulheres vítimas de violência doméstica que foram gravados, transcritos e submetidos à análise de

¹ Graduanda em Serviço Social. Bolsista de Iniciação Científica CNPq.

² Assistente Social; Doutora em Serviço Social; professora do Curso de Serviço Social da PUCRS; coordenadora do NEPEVI (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Violência – FSS/ PUCRS).

conteúdo de Bardin. Os dados apontam que existe uma fragilidade na rede de proteção à mulher e a necessidade de políticas intersetoriais para atendimento das necessidades das mulheres. Existem estratégias dos municípios para sensibilização em relação à Lei Maria da Penha como visitas domiciliares, seminários na comunidade e capacitação de profissionais e agentes de saúde para identificação da violência e orientação às mulheres na perspectiva de garantia dos direitos previstos na Lei.